

Ministro diz que ensino melhorou

RENATA GIRALDI

BRASÍLIA – O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, reconheceu ontem que é necessário fazer mais para melhorar a qualidade do ensino no país. Na sua opinião, deve haver um esforço conjugado englobando a sociedade e o governo. “É preciso e possível fazer muito mais. O resultado pode ser muito maior do que obtivemos até agora”, afirmou ele, na abertura da teleconferência que lançou o Movimento Nacional pelo Direito à Educação, que reúne juízes e promotores de varas da infância e adolescência.

Paulo Renato, no entanto, destacou que houve avanços nos últimos quatro anos, desde que o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo. Segundo o ministro, a principal melhora foi o aumento de 89% da quantidade de estudantes de 7 a 14 anos matriculados no ensino fundamental, que subiu para 96%. Disse ainda que aumentou em 40% o número de alunos matriculados no ensino médio.

Ato falho – Após afirmar que, no início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique, havia apenas 20% de estudantes de 15 a 17 anos matriculados nas escolas, Paulo Renato cometeu um ato falho: “Temos, (consertou em seguida) tínhamos, uma baixa taxa de escolaridade nos ensinos médio e superior por falta de alunos que haviam concluído o ensino básico”.

O seminário O Direito é Aprender, realizado no auditório da Embratel, tem por objetivo divulgar entre juízes e

promotores que lidam com menores, os princípios, diretrizes e a aplicação prática dos instrumentos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A iniciativa é uma parceria do Ministério da Educação, do Unicef e várias entidades.

Para o governo, a melhoria da qualidade e do nível da educação no país está diretamente relacionada ao cumprimento de três prioridades. A primeira é o financiamento, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e de Valorização do Magistério (Fundef), que destina dinheiro para as escolas estaduais e municipais, conforme a quantidade de alunos matriculados, garantindo gasto mínimo de R\$ 315 por estudante ao ano. Além disso, fica assegurado que 60% dos recursos do fundo devem ser repassados para o pagamento dos professores.

Descentralização – As outras medidas consideradas por Paulo Renato como prioritárias são o apoio pedagógico permanente e a avaliação freqüente da qualidade e do nível da educação. O ministro lembrou ainda que a decisão de descentralizar os recursos para educação, que até o governo Itamar Franco eram totalmente controlados pelo Ministério da Educação, atendeu a reclamações dos governos estaduais e municipais.

Paulo Renato ressaltou também a iniciativa de elaborar livros didáticos atualizados, muitos obedecendo às características especiais dos alunos, como ocorre com o material destinados aos povos indígenas.